

# I. Introdução

No período romano, os materiais cerâmicos constituem uma extensa realidade e entre eles a *terra sigillata* tem tido um lugar de eleição por parte dos investigadores. Desde há muito que os estudos efectuados em locais tão distantes como o *limes* germânico, Pompeia ou outros locais de consumo, permitiram a definição de tipologias e o seu enquadramento cronológico, transformando estas cerâmicas em verdadeiros “fósseis-directores”. A possibilidade de, quando conjugada com os restantes materiais, a *terra sigillata* permitir estabelecer a cronologia para um determinado estrato arqueológico não é o único factor que tem motivado esta preferência. Se anteriormente a *terra sigillata* foi valorizada pelo elevado valor estético de algumas das suas produções, actualmente considera-se que o seu estudo só faz completamente sentido na medida em que poderá lançar alguma luz sobre a economia antiga.

O objectivo principal deste estudo prende-se com o conhecimento dos ritmos e padrões de importação dos diferentes fabricos de *terra sigillata* da cidade romana que foi capital do *conventus scallabitanus*, comparando estes dados com os de outros sítios do sul da Lusitânia e da Península Ibérica que ofereceram colecções significativas deste tipo de material.

Este trabalho parte de uma base material extensa, constituída pelos cerca de 3500 fragmentos de *terra sigillata* exumados na Alcáçova de Santarém, de 1983 até 1999, concentrando-se essencialmente nas peças cujas características permitiam a sua integração nas tipologias de referência. Considerei necessária a descrição sistemática, e tão objectiva quanto possível, das características físicas das cerâmicas, pois tal constitui o suporte de quem, como eu, se inicia no estudo desta temática. Penso também que só a constituição de diferentes fabricos dentro dos grandes grupos que constituem, por exemplo, a *sigillata* itálica ou hispânica, pode enquadrar no futuro as análises químicas da pasta.

A comparação dos dados de Santarém com os recolhidos em sítios como Conímbriga e Belo é uma constante. Por um lado, o vasto estudo que constitui o volume IV das *Fouilles de Conimbriga* continua a constituir a base e o modelo para qualquer trabalho que se pretenda realizar nesta área, tipificando, também, um determinado modelo de consumo que tem por base o abastecimento terrestre (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975). Por outro, o estudo da *sigillata* de Belo aponta exactamente para um tipo de aprovisionamento meridional e costeiro, que tem como base o comércio marítimo, em que o peso das importações dos produtos hispânicos do sul e dos fabricos norte africanos é decisivo (Bourgeois e Mayet, 1991). A comparação com estes sítios, bem como com os resultados obtidos em S. Cucufate ou Represas, no território da cidade romana de *Pax Iulia*, faz-se numa perspectiva que privilegia os dados quantitativos relativos aos diferentes fabricos presentes nestes sítios. Pareceu-me, no entanto, que uma abordagem puramente quantitativa não era suficiente, tendo por isso integrado outros sítios que tenham fornecido este tipo de cerâmicas, procurando conhecer quais os fabricos melhor representados, assim como o ritmo das importações. Não se pretendeu realizar uma listagem exaustiva dos sítios que receberam *terra sigillata*, nem apresentar mapas de distribuição deste material tão comum nos sítios romanos imperiais. Foram seleccionados os principais sítios que tenham revelado conjuntos de materiais relativamente amplos e, sobretudo, que sejam representativos dos sítios em que foram encontrados.

O período que este estudo abarca é longo. Inicia-se em meados do século I a.C., altura em que se calcula que tenham chegado as primeiras peças de *sigillata* com origem no Médio Oriente, e termina já no século VI com as derradeiras importações de *sigillata* foceense tardia. Tendo sempre por base o local de consumo que foi a cidade de *Scallabis*, a comparação com outros sítios é essencial para compreender e integrar correctamente os dados de Santarém.

Apesar de não constituir o objecto central do trabalho, a apresentação dos resultados das intervenções arqueológicas levadas a efeito na Alcáçova de Santarém é aqui retomada, sobretudo no que diz respeito aos dados relativos ao período romano. Os dados estratigráficos, já em grande medida apresentados por Ana Margarida Arruda (2000) para a Idade do Ferro e para o período romano, são completados com os dados das escavações mais recentes, levadas a efeito em 1999. Para estes últimos resultados, aconselha-se prudência na sua leitura, exactamente por constituírem ainda uma análise preliminar da estratigrafia observada, propondo-se, apesar disso, um faseamento com cronologia baseada sobretudo na *terra sigillata*. A necessidade de confrontar os dados agora obtidos e de os conjugar com as restantes cerâmicas exumadas levará, certamente, ao ajustar de algumas das cronologias avançadas.

Parece-me necessário referir ainda algumas das limitações que a *terra sigillata* encerra, enquanto dado arqueológico. Mesmo contribuindo para o conhecimento sobre as relações comerciais e a economia do mundo antigo, deve ter-se presente que só o estudo integral da cerâmica romana da Alcáçova poderá traçar um quadro mais completo relativamente a esta temática. Se para o estabelecimento das relações a longa distância se torna fundamental o estudo do aprovisionamento de produtos alimentares transportados em ânforas, a análise das relações e interdependências, à escala local e regional, só será possível através do estudo dos diferentes fabricos de cerâmica comum.

Mesmo considerando apenas o estudo da *terra sigillata*, tenho consciência das grandes limitações impostas pela desigualdade dos estudos tipológicos que servem de base a este tipo de trabalhos. De uma maneira geral, existem poucos dados disponíveis sobre os momentos iniciais da produção dos diferentes fabricos. Concretamente, ainda se encontra envolto em alguma nebulosidade o fenómeno que levou à passagem das cerâmicas de engobe negro (cerâmica campaniense) para as de engobe vermelho (*terra sigillata*), assim como a cronologia do processo. Neste, como em outros aspectos, os dados referentes aos centros produtores são escassos, e não existem muitos sítios de consumo da Península Ibérica, estudados recentemente que, tal como Santarém, permitam uma leitura deste período de “transição”. Na mesma linha de raciocínio, continua a valorizar-se o conhecimento da proveniência, em solo itálico, das diferentes oficinas, sobretudo com base nas marcas de oleiro, mesmo tendo consciência que só com análises químicas estes dados poderão ter alguma solidez interpretativa.

Apesar dos recentes avanços no conhecimento dos centros produtores hispânicos, a cronologia das formas com origem, nomeadamente, em Tricio tem por base a estratigrafia de Pamplona, na qual as balizas cronológicas, por serem demasiado amplas, não permitem grande precisão. Continua a faltar, em grande medida, a publicação de escavações com dados estratigráficos seguros, que permitam afinar as cronologias deste fabrico. Tal como sucede com outros sítios, a estratigrafia de Santarém, embora não contrariando as propostas apresentadas pelos autores que nos serviram de referência, não permite maior clarificação. A longa diacronia de ocupação da Alcáçova de Santarém, com dados conhecidos desde o século VIII a.C. até à actualidade, e os condicionalismos inerentes a qualquer escavação em área urbana são os principais responsáveis por esta situação.

Apesar de se conhecerem, na Alcáçova de Santarém, construções como o templo romano de *Scallabis* ou o conjunto de cisternas romanas, cuja importância, no contexto da arquitectura

romana, é inquestionável, os dados relativos ao urbanismo romano de Santarém são ainda muito fragmentários e a sua interpretação está longe de estar concluída. Este foi um dos motivos que contribuiu para ter desistido de procurar encontrar qualquer tipo de padrão de distribuição da *terra sigillata* nos diferentes sectores escavados, embora tal possa vir a ser possível, num futuro próximo.

Resta ainda referir que este estudo se integra num Projecto de Investigação mais amplo apresentado em 1998 ao Instituto Português de Arqueologia, da responsabilidade de Ana Margarida Arruda e de mim própria intitulado “A ocupação da Alcáçova de Santarém desde a Idade do Ferro até à Época Romana”.

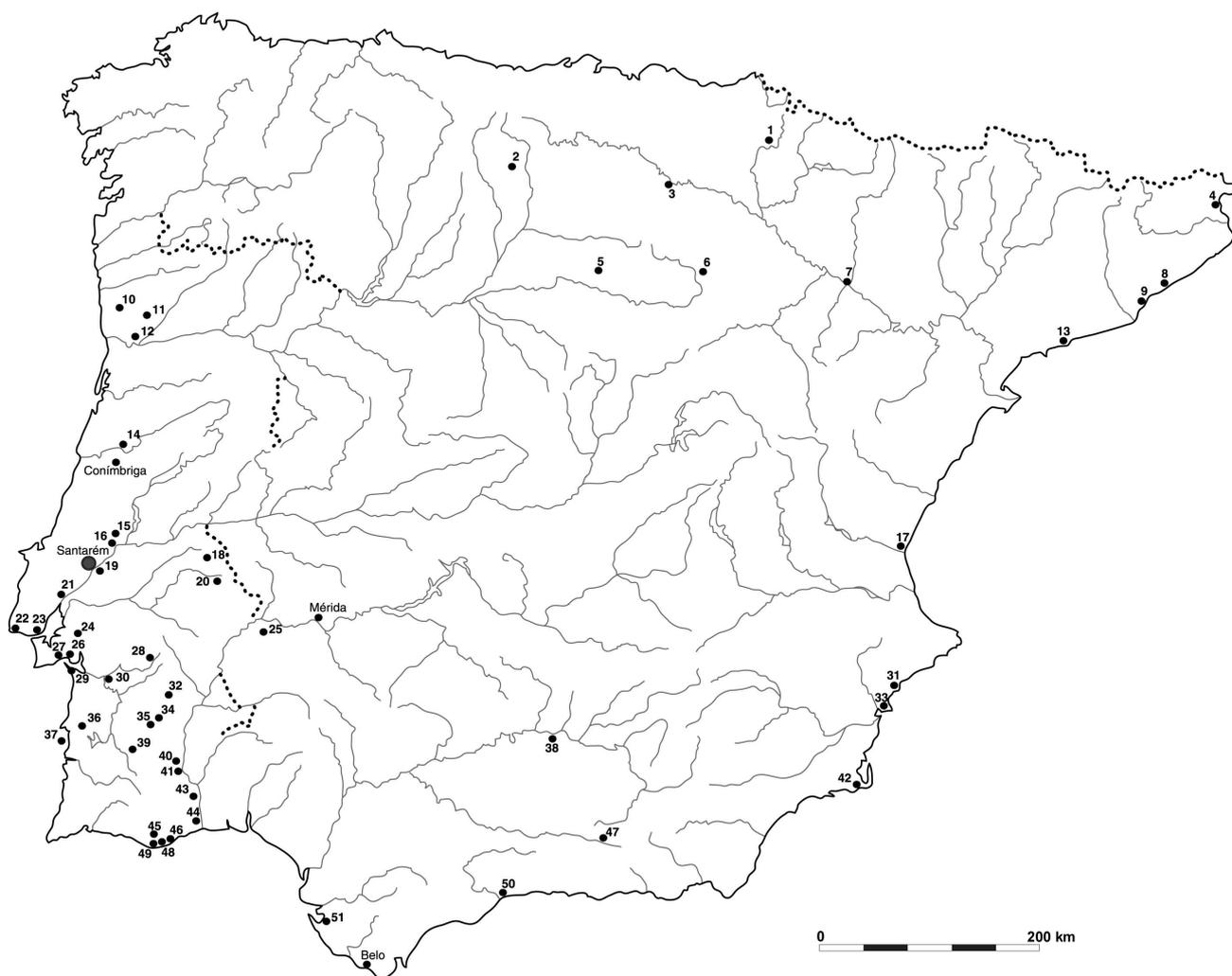
Este estudo inicia-se com um historial da Alcáçova de Santarém, em que se procura fazer uma leitura dos dados arqueológicos disponíveis, relacionando-os com as fontes literárias. Trata-se de uma informação que é bastante desigual para o longo período que aqui se trata, mas que permite um enquadramento relativamente completo sobre os diferentes momentos da sua história, desde os meados do século I a.C. até ao século VI. Segue-se o estudo da *terra sigillata* propriamente dita que se inicia com indicações de carácter metodológico. Explicitam-se então os critérios de quantificação e as diferentes opções tomadas no tratamento, descrição, classificação e apresentação da *terra sigillata* de Santarém. A análise desta cerâmica é orientada, tanto quanto possível, por critérios cronológicos, começando por isso com a *sigillata* mais antiga encontrada na Alcáçova — a *terra sigillata* oriental — e terminando noutra fabrico igualmente oriental — a *sigillata* foceense tardia. Dentro de cada fabrico seguem-se as tipologias de referência, primeiro analisam-se as formas lisas, depois as decoradas, as marcas e grafitos. No final de cada “capítulo” relativo aos diferentes fabricos, comparam-se os dados de Santarém com os dos sítios mais relevantes, ou apenas no território nacional, ou mesmo peninsular, com vista a enquadrar as importações de Santarém, numa perspectiva mais ampla. Como já se referiu, houve a necessidade de se retomar a análise da estratigrafia do período romano, com o objectivo de se analisar o contexto arqueológico da *terra sigillata* da Alcáçova. No final procura chamar-se a atenção para os principais resultados que este estudo permitiu, integrando-se os dados obtidos no quadro do comércio antigo.

O presente estudo constituiu o trabalho de síntese apresentado em Fevereiro de 2001, no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (art.ºs 53.º a 60.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária), na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi defendido em Julho do mesmo ano, sendo o júri presidido pelo Prof. Victor S. Gonçalves, fazendo igualmente parte a Doutora Ana Margarida Arruda e a Doutora Françoise Mayet que arguiram, respectivamente, a Lição dedicada às “Termas da *Villa* romana da Tourega” e a tese propriamente dita.

Na preparação para publicação final incluí muitas das correcções que me foram apontadas pela Doutora Françoise Mayet, e introduzi ligeiras alterações na redacção do texto original. Incluí a imagem da ficha que serviu de suporte à Base de dados sobre a *Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém e retirei, dado o seu volume, o Anexo II que consistia exactamente no Inventário Geral da *Terra Sigillata* da Alcáçova.

A actualização da Bibliografia foi agora efectuada apenas nos casos em que a informação que continha fosse relevante para o presente estudo, como foi o caso da 2.ª edição do *Corpus Vasorum Arretinorum*, de Oxé, Comfort e Kenrick, dada à estampa quando o presente texto se encontrava já praticamente concluído (Dezembro de 2000).

Catarina Viegas  
Lisboa, Fevereiro de 2001 e Abril de 2002



- |                        |                      |                         |                              |
|------------------------|----------------------|-------------------------|------------------------------|
| 1. Pamplona            | 14. Coimbra          | 27. Comenda             | 40. Manuel Galo              |
| 2. Herrera de Pisuerga | 15. Tomar            | 28. Tourega             | 41. Mértola                  |
| 3. Tricio              | 16. Cardílio         | 29. Tróia               | 42. Cartagena                |
| 4. Ampúrias            | 17. Valência         | 30. Alcácer do Sal      | 43. Montinho das Laranjeiras |
| 5. Clunia              | 18. Torre de Palma   | 31. Alicante            | 44. Lezíria                  |
| 6. Numância            | 19. Azeitada         | 32. S. Cucufate         | 45. Milreu                   |
| 7. Saragoça            | 20. Aramenha         | 33. Alcudia de Elche    | 46. Torre d'Ares             |
| 8. Burriac             | 21. Povos            | 34. Lobeira Grande      | 47. Granada                  |
| 9. Badalona            | 22. Alto da Cidreira | 35. Represas            | 48. Quinta do Marim          |
| 10. Braga              | 23. Lisboa           | 36. Miróbriga           | 49. Faro                     |
| 11. Monte Mozinho      | 24. Porto dos Cacos  | 37. Ilha do Pessegueiro | 50. Málaga                   |
| 12. Briteiros          | 25. Olmeda           | 38. Andújar             | 51. Cádiz                    |
| 13. Tarragona          | 26. Setúbal          | 39. Aljustrel           |                              |

FIG. 1 – Mapa da Península Ibérica com os principais sítios mencionados no texto. Localizações aproximadas.